

**PLATAFORMA AMBIENTAL
PARA PROGRAMAS DE
GOVERNO**

GREENPEACE

**ELEIÇÕES 2006
BRASIL**

PLATAFORMA AMBIENTAL PARA O PRÓXIMO GOVERNO

INTRODUÇÃO

O Brasil ocupa lugar de destaque no cenário internacional e o futuro ambiental do planeta está ligado às decisões que países em desenvolvimento como Brasil, Índia, China e África do Sul adotarem. É fundamental que tenhamos uma gestão ambiental responsável e sustentável para o Brasil, como nossa contribuição para este planeta.

No momento em que se ensaiam os primeiros passos para mais uma maratona de eleições para os governos dos estados, presidência da República, assembleias legislativas e o Congresso Nacional, o Greenpeace entende que é preciso retomar o debate sobre a adoção de uma agenda comum de propostas para a solução dos graves problemas ambientais do país, independentemente de quem sejam os candidatos, ou de quem sejam os eleitos.

Em outubro deste ano estaremos escolhendo o representante do povo que ocupará a presidência do Brasil para o período 2007-2010. Nesse mandato algumas questões chaves da política ambiental nacional e internacional confrontarão a próxima administração.

Apresentamos a seguir a nossa contribuição, que esperamos possa se juntar a outras que estão sendo construídas por organizações da sociedade civil e movimentos sociais, ajudando a compor um painel promissor de um futuro melhor para todo o povo brasileiro.

PROPOSTAS PARA PLATAFORMA AMBIENTAL DE GOVERNO

CLIMA/ ENERGIAS RENOVÁVEIS

No plano nacional, proposição de uma Política Nacional de Mudanças Climáticas, que aborde de maneira coordenada estratégias de mitigação, vulnerabilidade e adaptação. No plano internacional, estabelecimento das bases sobre as quais o Brasil negociará o futuro da Convenção Quadro de Mudanças Climáticas e a continuidade do Protocolo de Kyoto, a partir de 2012, quando se inicia o chamado “segundo período de compromisso”. Para essa negociação deveremos encarar nossa responsabilidade como um grande emissor do bloco dos países em desenvolvimento (assim como China, Índia, Indonésia e outros), e o estabelecimento de uma meta de redução das emissões de gases causadores do efeito estufa. No nosso caso, fundamentalmente uma meta de diminuição do desmatamento.

A plataforma também deve definir um plano de expansão da matriz energética que estabeleça um equilíbrio entre a necessidade da segurança e da garantia do fornecimento de energia para todos os brasileiros, com a adoção de fontes de energia renováveis, limpas e seguras. Energia é fundamental para o nosso desenvolvimento e a utilização de fontes renováveis modernas como eólica, solar, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas pode garantir um desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, qualquer aplicação de recursos na expansão de fontes sujas e perigosas, como a energia nuclear ou o carvão, não é somente uma irresponsabilidade, mas também uma ameaça ao meio ambiente de nosso país.

Ações prioritárias

1. Estabelecimento de mecanismos financeiros efetivos para a implementação de matrizes energéticas modernas limpas e renováveis, que assegurem, por exemplo, o cumprimento das metas do Proinfa;
2. Não construção de Angra 3 e fechamento (descomissionamento) das Usinas de Angra 1 e 2;
3. Não investimento em usinas termelétricas a carvão mineral;

Políticas/ programas prioritários

4. Definição de uma Política sobre Mudanças Climáticas, incluindo ações para identificação das vulnerabilidades do país às mudanças climáticas, ações de mitigação dos impactos e adaptação a estes impactos;
5. Comprometimento do país com a redução das emissões de gases do efeito estufa (com ênfase nas emissões florestais);
6. Definição de critérios sócio-ambientais para a expansão da produção sustentável de energia a partir da biomassa, do biodiesel e do etanol, a serem incorporadas ao Programa Nacional de Agroenergia;

Propostas adicionais

7. Comprometimento maior do país com o regime internacional de clima (com ênfase nas negociações do segundo período de compromisso da Convenção Quadro de Mudanças Climáticas);
8. Ampla revisão dos atuais projetos de construção de grandes usinas hidrelétricas na Amazônia, como o Complexo do Belo Monte e rio Madeira, com a formação de um grupo de consulta independente, formado por cientistas e pesquisadores, que avaliarão os impactos sócio-ambientais dos projetos;
9. Fechamento da unidade de enriquecimento de urânio em Resende, RJ;
10. Não construção do submarino atômico da Marinha;
11. Fechamento da unidade de mineração e beneficiamento de urânio em Caetité, BA;
12. Reformulação do papel da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, que deixará de cumprir o papel de fiscalizador das atividades nucleares no país, com a criação de um novo órgão para exercer essa tarefa;
13. Fim do subsídio às fontes sujas de energia, como petróleo e energia nuclear;
14. Investimentos em programas e ações de eficiência energética;
15. Revisão dos contratos de subsídios para o fornecimento de energia elétrica aos grandes projetos de exploração mineral na Amazônia, que impliquem na redução substancial dos incentivos concedidos.

FLORESTAS/ AMAZÔNIA

Elaboração de um Plano Estratégico para combater o desmatamento na Amazônia que resulte na mudança do paradigma de desenvolvimento em curso na região, alterando o processo de ocupação e uso do solo, atualmente marcado por uma dinâmica em que, ao invés do governo, são as forças do mercado que conduzem a marcha insensata do assalto à região. Resta apenas 1/5 de florestas intactas no planeta e 30% deste legado está localizado no Brasil. A proteção de nossas florestas não se justifica apenas pela riqueza de sua biodiversidade, mas também pelo papel fundamental que elas representam na regulação climática do planeta.

Ações prioritárias

1. Fim da conversão de áreas da floresta amazônica para o plantio de soja e outras atividades ligadas ao agronegócio;
2. Implementação das unidades de conservação já criadas, com a destinação dos recursos necessários, nomeação de pessoal e desenvolvimento de planos de manejo;
3. Criação de pacotes tecnológicos que incentivem a produção de produtos tradicionais da Floresta Amazônica, que gerem renda, empregos e mantenham a floresta em pé, além do investimento em atividades como o ecoturismo e a pesca sustentável;

Políticas/ programas prioritários

4. Criar programas de incentivo para a produção e o consumo de madeira de origem legal e certificada, com a garantia da efetiva implementação da Lei de Gestão de Florestas Públicas;
5. Implementar em toda a Amazônia o Licenciamento Ambiental em Propriedades Rurais, com a imediata aplicação da exigência de que todos os imóveis estejam com os seus limites georreferenciados;
6. Fortalecimento da estrutura do Ibama, Polícia Federal e Ministério Público para inviabilizar a exploração de madeira ilegal e impedir crimes associados;

Propostas adicionais

7. Revisão dos Zoneamentos Ecológico-Econômicos implementados e em processo de implementação, dos estados da Amazônia, para permitir uma adequação ao estabelecimento de diretrizes no plano federal que permitam uma ordenação coordenada e sistêmica dos usos dos territórios na região.
8. Fortalecer o Incra para efetivar a regularização fundiária, a reforma agrária e impedir o avanço da grilagem;
9. Estabelecimento de metas anuais para o controle do desmatamento na Amazônia, a serem implementadas no âmbito dos mecanismos do Protocolo de Kyoto;

10. Estabelecimento de normas no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, a serem fixadas pelo Conselho Monetário Nacional, estabelecendo condições especiais de financiamento/incentivo para os empreendimentos que cumpram os dispositivos da legislação ambiental;
11. Criação de novas unidades de conservação em áreas críticas, sujeitas à pressão do avanço da fronteira agropecuária;
12. Estabelecimento de uma Política Nacional de Proteção dos Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados, que respeite os princípios fixados pela Convenção da Diversidade Biológica, com a definição do marco legal de acesso aos recursos genéticos, com a garantia da repartição dos benefícios, assegurada a representação da sociedade civil e dos movimentos sociais no Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN);
13. Estabelecer que os Fundos Constitucionais que financiam o desenvolvimento na Amazônia, apoiem programas especiais para o fortalecimento dos atores econômicos locais, que privilegiam o uso da floresta em pé;
14. Estabelecimento de programas de remuneração financeira dos serviços ambientais prestados pelas atividades que contribuam para evitar/reduzir o desmatamento, manutenção das funções hidrológicas dos ecossistemas e a conservação e a preservação da biodiversidade;
15. Controle dos impactos gerados pelas chamadas estradas endógenas (não-oficiais) na Amazônia, mediante a adoção, entre outras medidas, da identificação dos locais críticos onde ocorre a concentração dessas estradas, com a fiscalização do poder público que implique no confisco das máquinas utilizadas para a sua abertura e na punição dos infratores;
16. Conclusão dos procedimentos de demarcação das terras indígenas, com a imediata declaração dos seus limites e a retirada dos eventuais ocupantes.

AGRICULTURA RESPONSÁVEL/ TRANSGÊNICOS

Proposição de um novo modelo agrícola ancorado em uma agricultura responsável deverá traçar diretrizes para a produção social e ambientalmente justa da chamada “agricultura da energia”. A expansão da produção do biodiesel e álcool não poderá causar fortes impactos sócio-ambientais e deterioração das condições de trabalho no campo. A política agrícola deve assegurar um futuro promissor para a agricultura familiar, garantindo responsabilidade ao desenvolvimento rural, fator estratégico e fundamental para a geração de empregos, alimentos, divisas, redução das pressões sociais sobre os centros urbanos e a contenção do contínuo fluxo de colonos em direção à Amazônia.

Ações prioritárias

1. Não realização de pesquisas e de comercialização de árvores transgênicas e de sementes estéreis, as chamadas “Terminators”;
2. Estabelecimento de garantias de acesso a mecanismos de concessão de créditos especiais para o agricultor que não plante transgênicos;
3. Estabelecimento de garantias para a existência de uma produção livre de transgênicos no país, com a conseqüente estruturação de um sistema de plantio, colheita, transporte e comercialização, tanto para o mercado interno como externo, que viabilize a rotulagem e identificação do que foi produzido, que permita ao consumidor a correta informação sobre o que está consumindo, com o devido cumprimento da Lei de Biossegurança;

Políticas/ programas prioritários

4. Imediata regulamentação da Lei dos Orgânicos (10.831, de 23/12/2003), que estabeleça uma eficiente fiscalização das certificadoras de produtos orgânicos, além do estabelecimento do chamado “processo de acreditação”, garantindo a proteção do conceito de agricultura orgânica.
5. Garantia do funcionamento democrático da CTNBio, com a manutenção do quorum qualificado de 2/3 dos votos dos seus integrantes para a liberação comercial de organismos geneticamente modificados (OGMs);
6. Oferecimento de linhas especiais de crédito que estimulem a substituição da produção agrícola convencional pela orgânica;

Propostas adicionais

7. Criação de programas especiais de pesquisa que estimulem o desenvolvimento de produtos e variedades para a produção orgânica;
8. Estabelecimento de regras especiais e diferenciadas para os chamados AGFs (Aquisição do Governo Federal) e EGFs (Empréstimo do Governo Federal), de produtos com certificação orgânica.

OUTROS TEMAS ESPECÍFICOS

Além dos temas acima destacados, existem outros com os quais trabalhamos diretamente ou por meio de articulações com as diversas redes da sociedade civil das quais participamos, dos quais destacamos as seguintes demandas:

Propostas

1. Apoio do Brasil à proposta de estabelecimento de uma moratória da pesca de arrasto no fundo do mar, que prejudica enormemente a biodiversidade marinha;
2. Apoio do Brasil ao projeto de criação de uma Rede Mundial de Reservas Marinhas que protejam 40% das águas internacionais contra a pesca predatória e práticas insustentáveis, que estão destruindo os oceanos;
3. Priorização no âmbito das negociações comerciais internacionais das quais o Brasil participa, principalmente na Organização Mundial do Comércio (OMC), de acordos que estabeleçam condições favoráveis para um comércio justo e ambientalmente sustentável entre os países;
4. Garantir uma política nacional de segurança química que deverá incluir o direito à informação ao público, e o princípio da precaução e da substituição de elementos tóxicos por alternativas ambientalmente mais seguras. Esta política também deverá contemplar a remediação de áreas industriais contaminadas e a responsabilização das empresas e ou atores envolvidos;
5. Estabelecimento de diretrizes no âmbito do Sistema Financeiro Nacional para que as práticas de avaliação de crédito incorporem elementos sociais e ambientais, induzindo a transformação dos comportamentos corporativos na direção da sustentabilidade;
6. Garantia do funcionamento do Sistema Nacional do Meio Ambiente; (Sisnama), com a manutenção das competências do governo federal para assegurar o controle e a fiscalização das atividades que impactem o meio ambiente em escala regional/federal;
7. Desistência do projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco.

A POLÍTICA AMBIENTAL NOS GOVERNOS FHC E LULA

No Brasil, os governantes enxergam a questão ambiental como um obstáculo a ser removido, visto que querem sempre, no espaço dos seus mandatos, marcar suas administrações com obras e projetos que freqüentemente agridem a natureza. Embora o país conte com uma legislação ambiental avançada, que exige a realização de estudos para avaliar os impactos dessas obras e só permite a sua construção se não houver dano irreversível ao meio ambiente, o que praticamente todo político brasileiro deseja mesmo é que o meio ambiente não atrapalhe a sua vida.

Parafraseando aquilo que já se dizia dos nossos políticos no quesito do trato das finanças públicas – o tristemente famoso “rouba mas faz”, pode-se dizer que, no caso do meio ambiente, prevalece o “destrói mas faz”. Por conta disso, é difícil perceber variações no tratamento da questão ambiental independentemente do governante de plantão, seja de que partido for. É o que se verifica, por exemplo, quando comparamos a gestão Fernando Henrique Cardoso (FHC) com a do Presidente Lula.

Lula e FHC prometeram marcar suas administrações por propostas diferenciadas de desenvolvimento, que dessem conta do desafio de compatibilizar o crescimento econômico com o uso sustentável do meio ambiente. Ambos quebraram a promessa feita e agiram no sentido oposto do que haviam prometido, embora tenham mantido o discurso pró-ambiente principalmente quando se tratava de definir uma imagem brasileira perante o público externo.

Internamente, porém, tanto um quanto o outro desfiaram seus rosários de críticas às nossas leis ambientais, sempre vistas em seus pronunciamentos como um entrave ao desenvolvimento. Ao invés de enxergá-las como elas realmente são – garantidoras do direito de toda a população a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, como diz a Constituição –, preferiram olhá-las pelas lentes distorcidas do desejo de verem seus nomes gravados no marco inaugural de uma obra, em meio ao cenário costumeiro da imprevidência governamental, marcada pelo lema “construir primeiro, planejar depois, se possível for”.

No caso dos planos de infra-estrutura do governo federal, que sempre estimularam o desmatamento das florestas, principalmente na Amazônia, Lula e FHC sistematicamente ignoraram a necessidade de executá-los à luz de uma discussão sobre os seus potenciais impactos sócio-ambientais. Por conta disso, seus governos disputam o torneio macabro de quem será o recordista em índices de desmatamento na Amazônia. Dificilmente o governo Lula perderá esse título, apesar da queda verificada no período 2004/2005, que tenderá a se repetir em 2005/2006. Aliás, tal queda comprova a tese de que, com o aumento da presença do Estado, com efetivo comando e controle, é possível estabelecer governança na região e reduzir o desmatamento.

O pior de tudo isso é que nem durante o período da ditadura militar, iniciada em 1964, quando o país viveu a embriaguez do desenvolvimento a qualquer preço,

se desmatou tanto na Amazônia. Entre agosto de 2003 e agosto de 2004, segundo o Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), o desmatamento na região atingiu 26.130 km², o segundo maior da nossa história, só superado pelo pico ocorrido durante o primeiro ano do Plano Real, no governo FHC, com 29 mil km² desmatados. Não bastasse isso, os recursos que permitiriam o bom funcionamento dos órgãos ambientais nunca foram concedidos no montante necessário e, quando eram incluídos no orçamento, não escapavam da tesoura comandada pelo imperativo de atender à meta do superávit fiscal.

O financiamento de atividades de grande impacto ambiental continuou o mesmo nos governos Lula e FHC – os recursos governamentais eram liberados sem a contrapartida da adoção de novas posturas que se afastassem da tradicional rotina de destruição do meio ambiente. FHC falou no Protocolo Verde, conjunto de salvaguardas ambientais que seriam seguidas pelos bancos na hora de concessão de empréstimos. Mas o Protocolo ficou só no papel. Falou-se recentemente que, em razão do novo pacote de ajuda que acaba de ser concedido ao agronegócio (mais um!), o governo Lula iria exigir como contrapartida que os beneficiários se obrigassem a não abrir novas frentes de desmatamento na Amazônia. O pacote saiu, mas a medida ficou só na esperança.

O apoio a atividades que mantenham a floresta em pé, como o manejo sustentável de recursos florestais, por exemplo, não é alvo de real atenção. No máximo, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), desde o governo FHC, pilota alguns programas experimentais, que contam com recursos escassos, oriundos da cooperação internacional, pouco significativos e insuficientes para fazerem a diferença e se firmarem como uma alternativa viável para quem não quer fazer parte do jogo da destruição. No país com o maior potencial de recursos florestais do planeta, a exploração racional e sustentável ainda não é tratada como prioridade.

Embora o governo Lula tenha sido mais ágil no processo de criação de unidades de conservação, respondendo por 34% do total das áreas protegidas criadas até hoje no país, isso significou o aprofundamento de uma política herdada do governo anterior, quando, inclusive, o país assumiu o compromisso de proteger integralmente 12% da Amazônia. Na prática, porém, continuamos presos à lógica da proteção do pouco que não se quer ver destruído – trechos delimitados de floresta em meio ao clima de “liberou geral” para as frentes predatórias de exploração econômica.

É certo também que tanto Lula quanto FHC pouco fizeram para que as unidades de conservação que criaram saíssem das páginas do Diário Oficial e se transformassem em realidade. Sem dinheiro para fiscalização e para bancar a regularização fundiária dos seus limites, essas unidades, em sua maioria, não passam de “parques de papel”.

No caso do governo Lula, tal como aconteceu em outras áreas, houve o despudor de fazer aquilo que o governo FHC não quis ou não pôde fazer. Assim, deu-se a liberação dos transgênicos, precedida da vergonhosa legalização das sementes contrabandeadas. Da mesma forma, fazendo pouco

caso das diversas opções de energias renováveis, limpas e seguras, nunca se falou tanto, desde a ditadura, no pesadelo do Programa Nuclear, que se materializou com a inauguração da unidade de enriquecimento de urânio em Resende, RJ, seguindo com as discussões sobre a construção de Angra 3 e mais cinco outras usinas nucleares.

Além disso, Lula retoma com força total o paradigma da construção de grandes usinas hidrelétricas na Amazônia, que geram a destruição em larga escala do meio ambiente, alagando vastas extensões e expulsando povos indígenas, comunidades tradicionais e pequenos agricultores de suas terras. Mais uma vez os erros do passado são repetidos: a natureza e a população pagam a conta dos desmandos do setor elétrico.

Já no que diz respeito às mudanças climáticas, FHC e Lula se igualam na obstinação com que se recusaram a enfrentar a responsabilidade do Brasil como grande emissor de gases de efeito estufa, consequência dos índices alarmantes de desmatamento. Ambos se esconderam por detrás do biombo confortável de que não cabe fixar metas para controlar o desmatamento, porque isso interferiria em nossa soberania. De omissão em omissão, despista aqui e despista ali, o Brasil já ostenta o título de quarto maior emissor no mundo, perdendo grande parte da legitimidade que já teve para liderar as discussões sobre o assunto no cenário internacional.

Embora possamos até fazer um apanhado no varejo do que cada um fez, destacando iniciativas meritórias implementadas em ambos os governos, vale dizer que, no atacado da política, no placar final do jogo, FHC e Lula sucumbiram à lógica do imediato e não fizeram a diferença para garantir um meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações.